



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING IMPRESSO

20/01/2018

INDICE

1. JORNAL CORREIO POPULAR	
1.1. JUÍZES.....	1 - 2
1.2. VARA DA FAZENDA PÚBLICA.....	3
2. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
2.1. PRESIDÊNCIA.....	4
3. JORNAL O PROGRESSO	
3.1. JUÍZES.....	5
3.2. PRESIDÊNCIA.....	6 - 7
3.3. SINDJUS.....	8 - 10
4. JORNAL O QUARTO PODER	
4.1. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	11 - 12
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. AÇÕES TJMA.....	13
5.2. CORREGEDOR (A).....	14
5.3. DESEMBARGADOR.....	15
5.4. JUÍZES.....	16
5.5. PRESIDÊNCIA.....	17
5.6. SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS.....	18 - 19

MPMA garante proibição de festejo em posto de combustíveis

Em medida liminar concedida na terça-feira, 17, a realização de festas no local foi suspensa

A iminente realização do Festejo de São Sebastião, entre os dias 19 e 21 de janeiro, no espaço entre bombas de combustíveis de um posto de gasolina, levou o Ministério Público do Maranhão a ingressar, na segunda-feira, na Justiça contra o Município de Peri Mirim e a empresa I. C. Da Silva Combustíveis (Nosso Posto). Em medida liminar concedida na terça-feira, 17, a realização de festas no local foi suspensa.

Na ação, a promotora de justiça Raquel Madeira Reis (titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Bequimão, da qual Peri-Mirim é termo judiciário) relata que festas são realizadas constantemente no Nosso Posto, frequentadas por centenas de pessoas. Nesta segunda-feira, o Ministério Público tomou conhecimento de que no próximo fim de semana será realizado um grande festejo no local, com a apresentação de várias bandas, atraindo milhares de jovens e adultos. Até mesmo barracas para a venda de comidas e bebidas estavam sendo montadas próximo às bombas de combustíveis.

"A realização de festas e shows nesse local com a

aglomeração de milhares de pessoas, ingerindo bebidas alcoólicas e fazendo uso de cigarros, gera risco à segurança das pessoas, dos imóveis vizinhos e dos moradores locais, já que existe a possibilidade de explosão devido à presença de produtos altamente inflamáveis", avalia a promotora de justiça.

Raquel Reis enfatiza, ainda, a impossibilidade da polícia controlar o acesso ao local, o risco de brigas generalizadas e a possibilidade da entrada e permanência de crianças e adolescentes em um local em que há a venda indiscriminada de bebidas alcoólicas para pedir a proibição do evento.

Na decisão da última terça-feira (16), a juíza Mi-

chelle Amorim Sancho Souza afirma que o quadro é "extremamente aterrorizador e imprudente". "Permitir a comercialização de churrasco e bebidas alcoólicas ao lado de uma bomba de combustível, bem como que equipamentos de som, que contêm carga elétrica, sejam instalados próximo a um local que contém combustível fóssil é contribuir com um incêndio", observa a juíza.

Na liminar, foi determinado que todas as barracas e equipamentos de som sejam retirados do Nosso Posto em até 48 horas. Outros eventos no local também estão proibidos até o julgamento final do processo, sob pena de multa diária de R\$ 5 mil. **(Jornal Pequeno)**



Na liminar, foi determinado que todas as barracas e equipamentos de som sejam retirados do Nosso Posto em até 48 horas.

Prefeitura discute regularização de imóveis alugados pelo município

Situações sobre registros de propriedades, contrato de locação e pagamentos foram esclarecidos



Proprietários de imóveis participaram da reunião com representantes da Prefeitura para discutir regularização.

Para fortalecer o princípio da legalidade, a Prefeitura de Imperatriz reuniu na terça-feira, 16, donos de imóveis alugados para programas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Participaram os secretários Alcemir Costa, Regularização Fundiária; Fátima Avelino, Desenvolvimento Social; o procurador-geral do Município, Rodrigo do Carmo; o controlador-geral do Município, Davi Antônio, e proprietários dos imóveis.

Os contratos de locação, feitos em gestões anteriores, descumprem a Lei 8.666/93, que estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

“Um dos principais focos da reunião foi o processo de regularização de cerca

de 11 imóveis que funcionam programas sociais, locados antes da gestão do prefeito Assis Ramos”, destacou Fátima Avelino. Alguns imóveis estão em comunidades que não dispõem de prédios que possam atender às necessidades do município. E se os programas não estiverem em funcionamento o Governo Federal deixa de enviar recursos, o que prejudica famílias que vivem em vulnerabilidade social, principalmente, na zona rural e bairros afastados do centro da cidade.

De acordo com o procurador-geral do Município, Rodrigo do Carmo Costa, os imóveis não possuem registro, o que fere a lei que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública. Por isso, eles terão que se regularizar para que possam renovar o contrato de locação. “Infelizmente existem imóveis locados pela Sedes que é uma situação insanável. Que é um imóvel

único no povoado. Não existe outro prédio com as mesmas características, mas, no entanto, esse imóvel não tem a documentação exigida pelos órgãos de controle”.

Rodrigo do Carmo explica que para a resolução dos casos mais complicados, “estão sendo comunicados a Vara da Fazenda Pública e Ministério Público Estadual, para que analisem a situação específica de cada proprietário de imóvel e que tomem uma decisão razoável na homologação desse acordo”. A regularização é uma prioridade do prefeito Assis Ramos. “Todos os imóveis do município, locados, estão sendo regularizados e pagos em dia, conforme a lei determina. Agora, nós, enquanto Poder Público, não vamos compactuar com nenhum tipo de irregularidade de documentação que possa ocasionar uma possível impropriedade administrativa”, explicou o procurador.

Segundo ele, será marcada audiência na Vara da Fazenda Pública, onde serão expostos esses problemas vindos de gestões anteriores. Sobre o atraso no pagamento dos aluguéis, o procurador-geral informa que “é importante frisar que a ausência de documentação ocasionou essa inadimplência. Mas não é uma inadimplência injustificada, por que os donos desses imóveis foram notificados para se regularizarem. Só que até então não fizeram e chegou nesse ponto culminante. Ou se regularizam ou, infelizmente, não receberão os aluguéis”. **(Assessoria)**

Acervo do Judiciário merece ser valorizado, diz presidente do TJ

Desembargador Joaquim Figueiredo dos Anjos visitou instalações e prometeu investimento para a preservação do patrimônio de valor inestimável

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, e o vice-presidente da Corte, desembargador Lourival Serejo, visitaram, ontem as instalações da Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo e Documentos Históricos do Poder Judiciário.

“O Arquivo tem um acervo de riquíssimo valor histórico e merece ser valorizado. Nosso objetivo é verificar quais investimentos serão necessários para manter preservado este patrimônio de valor inestimável”, afirmou o presidente do TJMA.

Durante a visita, o chefe da Divisão de Controle do Acervo, Christoferson Melo de Oliveira, repassou aos desembargadores todas as informações sobre o funcionamen-

to e a sistemática de trabalho da Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo e Documentos Históricos do Poder Judiciário.

Século XVIII

Responsável pela proteção, guarda e preservação de documentos jurisdicionais e administrativos do TJMA, a Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo destaca-se por possuir um acervo documentos processuais manuscritos, datilografados e impressos, que datam a partir do século XVIII de várias comarcas do Estado, como São Luís, Alcântara, Caxias, Icatu, Imperatriz, Cururupu, Coroatá, Viana, Rosário, Itapecuru-Mirim, Brejo, entre outras.

“Ressalte-se também a existên-

cia de obras raras como códices, livros de registro de testamentos, registros gerais e registros de notas de comarcas, tais como o Livro de Registro de Notas da Comarca de Viana 1776-1791, e o Regimento da Relação de 1813 e a Carta da Relação do Maranhão de 1832, que são os documentos de nascimento do TJMA instituído em 1811 e instalado somente em 04 de novembro de 1813”, explicou o desembargador Lourival Serejo.

A Coordenadoria de Biblioteca e Arquivo – que funciona na Rua Viveiros de Castro, nº 53, Alemanha – está subordinada à Presidência do TJ e é constituída organizacionalmente por duas divisões: a Divisão de Acervo Administrativo e a Divisão de Acervo Judicial e Histórico. ●

ESPERANTINÓPOLIS

Banco do Brasil é condenado por não repassar informações sobre recursos públicos

Atendendo ao pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário condenou o Banco do Brasil a pagar indenização de R\$ 500 mil por danos morais coletivos em virtude da recusa sistemática em fornecer informações sobre as contas bancárias com movimentação de recursos públicos.

A sentença determina, ainda, que a instituição financeira forneça a associações sindicais, conselhos constituídos e cidadãos em geral, sempre que requisitada, no prazo máximo de 15 dias, os dados referentes às movimentações das contas bancárias, independente de ordem judicial.

Caso a medida não seja atendida, o banco será obrigado a pagar multa diária de R\$ 10 mil, relacionada a cada requisição não atendida.

A Ação Civil Pública (ACP) com pedido de liminar foi ajuizada em abril de 2016 pelo promotor de justiça Xilon de Souza Júnior. A sentença é de novembro de 2017, assinada pela juíza Cristina Meireles, mas o Ministério Público só foi notificado em janeiro deste ano.

Na ação, o membro do MPMA destacou que o Banco do Brasil, em reiteradas vezes, recusou-se a fornecer informações sobre os recursos públicos nas contas bancárias, causando embaraço ao exercício do controle social e aos princípios da publicidade e moralidade da administração pública.

"O banco despreza a circunstância de que, em virtude do princípio da publicidade, os

dados em questão são de domínio público, conforme jurisprudência, a eles devendo ser dado acesso não somente aos órgãos de controle e fiscalização da aplicação dos recursos públicos, como a qualquer cidadão interessado", afirmou, na ACP, o titular da Promotoria de Justiça de Esperantinópolis.

Segundo o promotor de justiça, tal situação é "extremamente perniciosa à defesa do patrimônio público, ao combate à corrupção e à transparência na Administração Pública".

Transparência

Um dos exemplos da recusa do Banco do Brasil em fornecer os dados ocorreu no município de São Roberto, termo judiciário de Esperantinópolis. Em 2014, o presidente do Conselho do Fundeb solicitou informações sobre a movimentação bancária dos recursos na conta-corrente do referido fundo, mas o banco se recusou a atender.

"Ora, se compete ao conselho o acompanhamento e o controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundeb, é inaceitável a postura do banco demandado ao se negar a fornecer dados públicos. Como o conselho pode aferir a regularidade das movimentações financeiras realizadas pelos gestores da educação se tais dados são inaccessíveis a essas entidades?", questionou Xilon de Souza Júnior. *(Johelton Gomes / CCOM-MPMA)*

Presidente do TJMA considera justa decisão do CNJ que arquivou questionamento sobre criação de novos cargos de desembargador

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, afirmou que os jurisdicionados saem vitoriosos com o arquivamento, pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), do pedido para impugnar o projeto de lei que criou três novas vagas para o cargo de desembargador.



Presidente do TJMA disse que a decisão do CNJ foi justa e sensata

"Quem ganha com isso é a sociedade, os cidadãos. Foi uma decisão sensata e acertada, tendo em vista que a criação de três novos cargos de desembargador se justifica pelo aumento acentuado das demandas processuais, nos últimos anos, no âmbito da Justiça estadual", pontuou o desembargador José Joaquim.

De acordo com o presidente do TJMA, a medida vem contribuir para que haja uma redução do volume de processos na esfera da Justiça de Segundo Grau. Quanto ao impacto no orçamento, os estudos financeiros comprovaram que é perfeitamente viável a iniciativa do ponto de vista orçamentário.

"Dados levantados pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) mostram que a demanda processual entre os anos de 2011 e 2016 mais que triplicou, registrando um aumento exponencial de trabalho, em relação a outros tribunais de médio porte, conforme classificação do CNJ que, através da pesquisa 'Justiça em Números 2017', reconheceu que o Maranhão fica muito abaixo da média em relação ao número de desembargadores", ressaltou o presidente do TJMA. (Asscom/TJMA)

Marwelblog



Fórum de Imperatriz tem novo diretor

Através da Portaria 284/2018, o desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, nomeou o juiz Adolfo Pires da Fonseca Neto como diretor do Fórum de Justiça de Imperatriz, para o período de 15 de janeiro de 2018 a 13 de janeiro de 2019. Na foto, o magistrado prestigia Moreira do Marwel, quando o treinador recebia o diploma de Amigo do 50º BIS.

Presidente da Assembleia adere à Frente que defende direito de Lula ser candidato

Num ato concorrido, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), instalou, nessa sexta-feira (19) pela manhã, a “Frente em Defesa da Democracia e do Direito de Lula ser candidato”, proposta pelo deputado Zé Inácio (PT), presente ao evento. Vários deputados, lideranças sindicais e ex-parlamentares

prestigiaram a solenidade e elogiaram a decisão do presidente da Casa em aderir ao movimento.

Ao assinar a adesão à Frente, Othelino Neto informou que toda a bancada do PCdoB na Assembleia aderiu ao movimento, porque “é preciso evitar um novo golpe como o que cassou a ex-presidente Dilma Rousseff, sem

ter cometido crime, e o que não abriu investigação contra Aécio Neves”.

O presidente da Assembleia explicou que o PCdoB tem uma pré-candidata a presidente, Manuela D’Ávila, a exemplo do PDT, com o ex-governador Ciro Gomes, mas aderiu ao movimento por ser suprapartidário. “É preciso garantir que Lula seja candi-

dato em nome da democracia”. De acordo com Othelino, o Judiciário não pode retirar o ex-presidente da corrida eleitoral, contra o que diz a Constituição.

Elites profissionais

“São juristas renomados que dizem que não pode haver condenação sem provas, mas acredito no Judiciário. O Lula não pode ser impedido de concorrer. Quem vai dizer isso é Sua Excelência, o povo. Mas as elites brasileiras são profissionais. Depois da cassação da Dilma sem provas, querem fazer o serviço completo retirando Lula da disputa, ferindo a democracia”, enfatizou o presidente da Assembleia.

A oficialização da “Frente Parlamentar em Defesa da Democracia e do Direito de Lula ser candidato” aconteceu na sala de reuniões da Presidência. Os deputados Fran-

cisca Primo (PCdoB) e Toca Serra (PTC) prestigiaram o evento.

Embora ausentes, foi confirmada ainda a adesão dos deputados Junior Verde (PRB) e Edson Araújo (PSL); e do deputado federal Zé Carlos (PT). Os ex-deputados Luiz Pedro e Helena Heluy participaram do evento, além de representantes da Frente Brasil Popular e do presidente do Sindicato dos Servidores do Judiciário, Aníbal Lins.

Atuação da Frente

De acordo com o deputado Zé Inácio, a Frente Parlamentar tem o principal objetivo “de defender a Democracia no Brasil contra o uso abusivo de instrumentos jurídicos na perseguição política a Lula e no desmonte aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras”.

Até a data do julgamento do ex-presidente, no dia 24,

vários tipos de ações, a exemplo de panfletagem, pequenos comícios e outras palestras serão feitas no centro da cidade.

Zé Inácio elogiou também a Diretoria de Comunicação pela transmissão do evento ao vivo pela TV Assembleia e em tempo real pelas redes sociais.

Um dos presentes foi o professor de Direito Constitucional da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Dimas Salustiano, que enfatizou que “não podem falar de democracia sem a participação de Lula, por que a Constituição prevê a presunção de inocência até a última instância”.

O secretário de Direitos Humanos do Estado, Francisco Gonçalves, do PT, fez a defesa na mesma linha. Ele disse que a Constituição não prevê condenações sem provas. **(Waldemar Ter/ Agência Assembleia)**

Kristiano Simas



Lideranças políticas e sindicais defendem direito de Lula disputar eleição

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios



Página 3

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios



O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (FAMEM), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos.

Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal no

tocante aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios).

O pedido formulado pelo presidente da entidade, que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na própria Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de regis-

tros públicos, cartorários e notariais.

A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal.

"Assim, para auxiliar os

municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte – sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal – é que a FAMEM solicita a este egrégio Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal", diz o documento.

Para Cleomar Tema, com esta simples medida o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação destes importantes recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança.

José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar, com a maior brevidade possível, uma solução para a demanda municipalista.

Judiciário maranhense retoma prazos, sessões e julgamentos na segunda

O Poder Judiciário do Maranhão retoma por completo, nesta segunda-feira (22), o expediente forense. De 20 de dezembro ao dia 20 de janeiro, ficaram suspensos os prazos, audiências, sessões e julgamentos na Justiça maranhense.

As atividades administrativas e judiciais (não contando os prazos e sem realizar audiências e sessões) foram retomadas 6 de janeiro, com o fim do recesso. Na segunda (22), serão retomadas as sessões da 5ª Câmara Cível Isolada e da 3ª Câmara Criminal Isolada. A 6ª Câmara Cível, que terá suas sessões realizadas às segundas-feiras, ainda será instalada. Na terça-feira (23), ocorrerão as sessões da 4ª Câmara Cível e da 1ª Câmara Criminal. A 2ª Câmara Cível comunicou suspensão da sessão, sendo a

primeira a ser realizada 30 de janeiro.

Já na quarta-feira (24), a Sessão Plenária Jurisdicional será especial, com a abertura do Ano Judiciário de 2018. Os processos que estariam pautados para a sessão foram adiados para a próxima sessão. Na quinta-feira (25), ocorrem as sessões da 1ª e 3ª Câmaras Cíveis e da 2ª Câmara Criminal.

A primeira sessão das Câmaras Criminais Reunidas, que ocorreria na sexta-feira (26), foi adiada para 9 de fevereiro, em decorrência da realização, no dia 26, da cerimônia de diplomação e entrega da Medalha Especial do Mérito “Cândido Mendes” aos novos desembargadores Luiz Gonzaga Almeida Filho, José Jorge Figueiredo dos Anjos e Josemar Lopes Santos.

DPE-MA apresenta demandas à Corregedoria de Justiça

O desembargador Marcelo Carvalho Silva, corregedor-geral da Justiça, reuniu-se com o corregedor-geral da Defensoria Pública Estadual (DPE-MA), Antonio Peterson Leal, quando trataram sobre o funcionamento e estreitamento da relação entre os dois órgãos. Na oportunidade, o corregedor-geral da DPE apresentou as demandas de interesse da Defensoria em relação à Justiça de 1º Grau do Estado.

Peterson Leal solicitou que a CGJ-MA solicite, junto aos cartórios de registros públicos do Estado, a simplificação do trâmite de demandas como registro tardio e correções de nomes inscritos com erros simples, conforme determina o Provimento Nº 28/2008 do Conselho Nacional

de Justiça (CNJ), medida que também ajudaria a reduzir o ajuizamento de processos que buscam autorizar essas alterações em favor da população. O defensor relatou dificuldades e demora na realização desses procedimentos, principalmente nos cartórios da capital.

O corregedor-geral e a juíza Jaqueline Caracas, auxiliar da Corregedoria, garantiram que a CGJ-MA atuará junto aos cartórios de Registro Público, para que deem efetividade ao referido Provimento do Conselho Nacional de Justiça. “É importante que as serventias garantam esse atendimento à população, e a CGJ atuará inclusive com medidas disciplinares”, afirmou o corregedor.

O corregedor da DPE apresentou ainda outras demandas do órgão, como apoio para resolução de problemas técnicos no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe). Também participaram da reunião os juízes Edílson Caridade (diretor do Fórum de São Luís) e Francisca Galiza (auxiliar da CGJ-MA).

Informe JP

PCA arquivado

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) arquivou um Procedimento de Controle Administrativo (PCA), encaminhado pelo Sindicato dos Servidores da Justiça do Maranhão (Sindjus-MA) sobre a lei de criação de três novas vagas de desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).

Para o Sindjus, o projeto não cumpriu critérios estabelecidos numa Resolução do próprio CNJ, por ter sido enviado diretamente à Assembleia Legislativa, mas os argumentos não convenceram o Conselho.

Informe JP

BB condenado

Atendendo ao pedido do Ministério Público do Maranhão, o Poder Judiciário condenou o Banco do Brasil a pagar indenização de R\$ 500 mil por danos morais coletivos. É que o BB tem se recusado sistemática a fornecer informações sobre as contas bancárias com movimentação de recursos públicos.

Othelino Neto recebe presidente do TJMA



O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto (PCdoB), recebeu, nessa sexta-feira (19), o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), José Joaquim Figueiredo dos Anjos. O desembargador foi retribuir a visita de cortesia do parlamentar, na semana passada, no TJMA. “Estamos mantendo a reciprocidade. O eminente deputado Othelino Neto esteve conosco, na semana passada, no Tribunal de Justiça, e, hoje, vim dar um abraço e mostrar a harmonia que existe entre os

poderes”, disse o presidente do TJMA.

Othelino Neto agradeceu a cortesia e ressaltou a relação harmoniosa e de respeito que a Assembleia Legislativa mantém com o Poder Judiciário. “Falamos um pouco dos assuntos em comum, do novo momento do Judiciário, comandado pelo desembargador José Joaquim. Falamos também sobre o funcionamento da Assembleia e dessa relação harmônica e respeitosa que temos com o Poder Judiciário”, concluiu.

Presidente da Famem pede apoio ao TJ para combater sonegação fiscal nos municípios

PÁG. 4 [C1]

Tema solicita ao TJ apoio para combater sonegação fiscal nos municípios

O presidente da Federação dos Municípios do Estado do Maranhão (Famem), prefeito Cleomar Tema, reuniu-se, esta semana, com o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos. Na oportunidade, Tema entregou ao magistrado documento solicitando apoio institucional do Poder Judiciário no que se refere ao combate a sonegação fiscal em relação aos serviços notariais e cartorários das serventias extrajudiciais (cartórios). O pedido formulado pelo presidente da entidade,

que participou da reunião acompanhado do prefeito de Balsas, Erick Augusto, se sustenta na Constituição Federal e na Lei Complementar nº 116/03, instituída em atendimento ao preceito constitucional que enumera fatos geradores do ISSQN, dentre eles serviços de registros públicos, cartorários e notariais. A referida lei foi declarada constitucional pelo Supremo Tribunal Federal (STF). No entanto, o que se constata no Maranhão é uma realidade de inadimplência por parte dos tabeliães no recolhimento destes

impostos, seja por ineficiência dos municípios no processo de fiscalização; seja por evasão fiscal, conforme lembrou Tema. “Para auxiliar os municípios associados a esta instituição, em especial as cidades de pequeno porte – sem estrutura de pessoal para agir no combate a sonegação fiscal – é que a Famem solicita ao Tribunal que estabeleça como item obrigatório na prestação de contas realizadas pelas serventias extrajudiciais (cartórios), junto a Corregedoria deste Tribunal, decorrente do repasse pecuniário feito pelos cartórios extrajudiciais ao Fundo de

Modernização e reaparelhamento do Judiciário (FERJ), certidão negativa municipal”, diz o documento. Para Cleomar Tema, com a medida, o Tribunal de Justiça ajudará os municípios maranhenses na arrecadação dos recursos que serão utilizados em prol dos moradores e no desenvolvimento de setores como saúde, educação e segurança. José Joaquim determinou que o assunto fosse encaminhado para a Corregedoria do TJ, que integrará as discussões objetivando encontrar uma solução para a demanda municipalista.